

Banco do Brasil na mira da privatização

Paulo Guedes e equipe estudam a venda do banco sob argumentos frágeis. Pág. 2

Educação à deriva, juventude exterminada

Enquanto os índices educacionais caem, o genocídio da juventude negra, pobre e periférica aumenta. Pág. 4



Elineudo Meira/Fotos Públicas

NB NOTÍCIAS BANCÁRIAS



• INFORMATIVO OFICIAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO ABC • ANO XXV • EDIÇÃO 1044 • 10 DEZ 2019 •



Centrais sindicais unidas por direitos e emprego

Jornada contra MP 905 traz atividades durante toda a semana, começando pelo ABC. Veja na página 3.

18 dez

às 18h30

ASSEMBLEIA SOBRE O PLANO ORÇAMENTÁRIO 2020

Veja edital na página 2

Bancos públicos

Privatização do Banco do Brasil volta à pauta

Justificativa agora é de baratear crédito, mas argumento não se sustenta

O ministro da Economia, Paulo Guedes, e sua equipe estudam a privatização do Banco do Brasil. A informação foi mais uma vez veiculada pela imprensa na última semana, agora com a justificativa de que a venda serviria para baratear e diversificar o acesso ao crédito no País, ampliando a concorrência. No entanto, a argumentação não se sustenta, pois sem o BB público haveria ainda mais concentração no setor bancário, com grande prejuízo no financiamento de crédito, especialmente no setor agrícola. Na agricultura familiar o BB participa com cerca de 70% do financiamento. “Os bancos privados não se interessam pelo setor porque as taxas de juros são menores e o retorno a longo prazo”, explica o diretor sindical e funcionário do



banco Otoni Lima. Segundo a conselheira de Administração Representante dos Funcionários (Caref) do Banco do Brasil, Débora Fonseca, a eventual priva-

tização “simplesmente inviabilizaria a agricultura familiar” no País, o que acarretaria no aumento de custos da produção, com impactos diretos no preço dos alimentos para

o consumidor final. “Hoje, mais de mil municípios possuem apenas uma agência de único banco. Nessas cidades a metade das agências é do Banco do Brasil”, afirma.

Caixa

Por respeito à informação e direitos dos empregados

Há denúncias de que o banco poderá extinguir cargos com reestruturação

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) entrou em contato com a Caixa na semana passada para tentar esclarecer sobre possível reestruturação que poderá afetar condições de trabalho dos empregados do banco. Pelas informações obtidas junto aos empregados houve uma reunião da Vidan (Vice-presidência de Distribuição, Atendimento e Negócios) para debater a reestruturação da rede de varejo, com realocação das carteiras de clientes, criação de novo cargo de gerente e a extinção do de tesoureiro. Quem ocupa o cargo extinto teria que concorrer às vagas



de gerente criadas e, caso não consiga, não teria mais o cargo, perdendo a comissão. A direção do banco não confirmou as mudanças ao ser contatada via telefone na semana passada, alegando que se tratava apenas de um teste para ver a

opinião dos empregados e que nenhuma alteração fora votada. O banco também se negou a cumprir a agenda de reuniões bimestrais com os representantes dos empregados, pedindo que nova reunião fosse marcada apenas para 15 de janeiro. A Contraf e seus

sindicatos acompanham os desdobramentos e orientam os empregados a se manter mobilizados, usando os canais internos para cobrar a direção da Caixa, participando de atividades de protesto e mantendo os dirigentes informados sobre eventuais ocorrências.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DO RAMO FINANCEIRO DO GRANDE ABC, inscrito no CNPJ sob o nº 43.339.597/0001-06, com registro sindical sob o nº 914.100.260.02550-5, por seu presidente abaixo assinado, CONVOCA todos os sócios da base territorial deste Sindicato (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra), para a Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia 18 de Dezembro de 2019, às 18h30min em primeira convocação, e às 19h em segunda convocação, à Rua Xavier de Toledo, 268, Centro, Santo André/SP, para discussão e deliberação acerca da seguinte ordem do dia: Plano Orçamentário do Sindicato para o ano de 2020. Santo André, 10 de Dezembro de 2019.

Belmiro Aparecido Moreira
Presidente

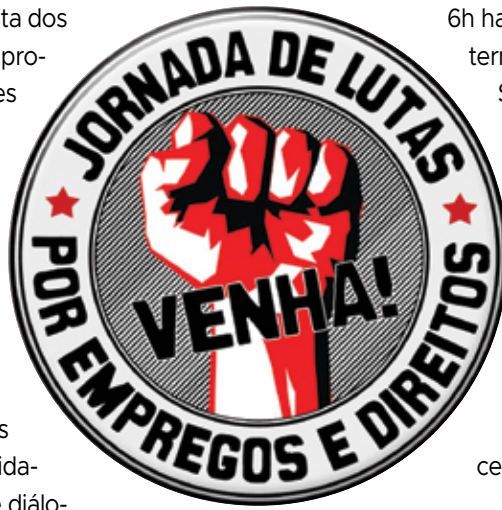
Centrais sindicais pedem devolução da MP 905 e iniciam jornada de esclarecimento e protesto

Pacote é tão ruim para os trabalhadores que melhor alternativa é devolver ao governo; centrais realizam atos

Representantes das centrais sindicais brasileiras foram ao Senado semana passada solicitar ao presidente da Casa, Davi Alcolumbre, que devolva a Medida Provisória 905 (da “Carteira Verde e Amarela”) ao governo. O pedido foi feito oficialmente, mas até o fechamento dessa edição não havia retorno sobre a solicitação. Os representantes das centrais - CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CSB, Nova Central, CGTB, Intersindical, Intersindical Instrumento de Luta e Conlutas - deixaram claro que a MP é uma aber-

ração do ponto de vista dos direitos trabalhistas e programaram atividades conjuntas para essa semana, com início pelo ABC.

A CUT e demais centrais querem esclarecer a população sobre a ameaça que representa essa MP. Por isso, as centrais realizam atividades de panfletagem e diálogo com a população a partir desta terça, 10, prosseguindo até o próximo dia 13 em diversas regiões do estado. A programação começa por



São Bernardo: nesta terça a partir das 5h tem protesto na Via Anchieta (Volks - Km 23 e Km 14, na Colgate). Às

6h haverá panfletagens nos terminais de trólebus em São Bernardo, Diadema e Santo André e nas estações de trem em Ribeirão Pires e Santo André. Às 8h a panfletagem e diálogo com a população acontecem na Rua Marechal Deodoro, centro de São Bernardo.

CATEGORIA BANCÁRIA

A MP foi apresentada por Bolsonaro em 12 de novembro passado e até semana passada aguardava instala-

ção de comissão mista no Congresso para tramitar. No caso específico dos bancários, os representantes sindicais conseguiram reverter temporariamente a situação, após longa rodada de conversas e negociação de aditivo com a Fenaban, impedindo o aumento da jornada, trabalho aos sábados e afastamento do sindicato na negociação da PLR. Nova rodada de negociação deve ocorrer nesta semana. Confira o calendário completo das atividades no nosso site.

Deficientes

Organizados, trabalhadores derrotam PL que acabava com política de cotas

Projeto substituiu contratação por pagamento de dois salários mínimos, entre outras maldades

O governo Bolsonaro mandou para o Congresso na semana passada um projeto de lei que praticamente acabava com a política de cotas para pessoas com deficiência ou reabilitadas. Após muita mobilização e pressão dos trabalhadores com deficiência ao lado de entidades representativas como a CUT, o projeto foi retirado e não vai mais tramitar, segundo assegurou o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ). O PL 6.159/2019 permitia às empresas substituir a contratação de pessoas deficientes pelo pagamento de um valor correspondente a dois salários mínimos mensais. Assim, no último 3 de dezembro, Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, sindicalistas da CUT e demais centrais sindicais, trabalhadores e trabalhadoras com deficiência e representantes de movimentos sociais protestaram contra o projeto, tão cruel que previa ainda a retirada do Benefício de

Contratação Continuada (PBC) de pessoas com deficiência desempregadas que tenham condições de trabalhar, segundo avaliação da perícia médica. Essas pessoas seriam encaminhadas para filas de espera de contratação, sem receber absolutamente nada enquanto a vaga não aparecesse.

A proposta também isentava as empresas de contratar pessoas com deficiência se comprovado que o serviço é insalubre, e permitia a “cota compartilhada”; ou seja, se uma empresa aliada contratasse cinco, a outra não precisaria contratar. “Um PL absurdo, acabando com qualquer tipo de inclusão. Felizmente, a organização e a luta dos trabalhadores, ao lado de suas entidades representativas, conseguiram derrubá-lo. Mas temos de nos manter alertas, porque nesse governo a lógica é beneficiar patrões e prejudicar trabalhadores”, destaca a diretora sindical Karin Gonzalez.

Saúde

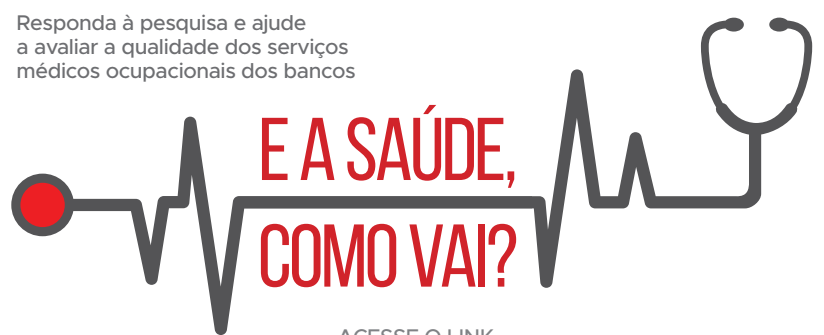
Avalie o atendimento dos serviços médicos e exames

Pesquisa está disponível em link (veja o endereço no final da matéria) até o próximo 20 de dezembro

A avaliação dos serviços médicos prestados à categoria bancária será feita a partir de consulta que poderá ser respondida até 20 de dezembro (*link* abaixo). A necessidade de avaliação nasceu nos debates realizados entre o Comando Nacional dos Bancários e os membros do Coletivo Nacional de Saúde sobre questões que envolvem o atendimento à categoria durante os procedimentos compreendidos no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). Como há queixas recorrentes em todos os bancos (relatos de aten-

dimento realizado de forma superficial e fora dos padrões exigidos pelas normas de saúde e protocolos médicos), o objetivo é aprofundar o conhecimento sobre o tema. Para responder à consulta não será necessária identificação do trabalhador, apenas da base (município ou nome do sindicato) e do banco. São apresentadas 10 questões relativas ao atendimento, tempo dispendido nos exames, segurança na avaliação etc. A partir dos dados coletados novas ações poderão ser desenvolvidas em prol da saúde da categoria.

Responda à pesquisa e ajude a avaliar a qualidade dos serviços médicos ocupacionais dos bancos



ACESSE O LINK

<http://lime.dieese.org.br/index.php/691332?newtest=Y&lang=pt-BR>

Cidadania

Educação à deriva



Zakimian, Mohamad/Pexels

País que vai mal no teste Pisa não valoriza seus professores nem protege alunos de bullying; ministro prefere colocar culpa no PT

Dos 79 países que participaram do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês) aplicado em 2018 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil ficou em 58º lugar. A avaliação testa o que os estudantes de 15 anos aprenderam em Português, Matemática e Ciências. Os resultados mostram que o País caiu no ranking mundial nas duas

últimas disciplinas e ficou estagnado em leitura.

Para especialistas em educação, esse desempenho, embora desalentador, não surpreende. “O Brasil não evoluiu porque não tem capacidade de criar novas políticas educacionais, de reorientar essas políticas e de tirar do papel a legislação, como a Emenda Constitucional 59/2009, que ampliou a obrigatoriedade para o ensino e, mais que isso, exigiu melhorias de

ofertas de ensino, como escolas mais capazes de garantir que os professores tenham condições de ensinar e os alunos tenham possibilidade de aprender. Além disso, não tem cumprido o piso do Magistério e, principalmente, o Plano Nacional de Educação, um instrumento de planejamento para que o País avançasse em termos educacionais”, apontou o coordenador geral da campanha Nacional pelo

Direito à Educação, Daniel Cara, em entrevista à *Rede Brasil Atual*.

Já o ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que o resultado ruim do Brasil na prova do Pisa é “integralmente culpa do PT”, mais uma vez fugindo à responsabilidade de debater as condições e apresentar propostas para melhorias no setor.

BULLYING - Para além do conhecimento formal há outro dado assustador cap-

tado pelo Pisa. Segundo o teste três em cada dez alunos no Brasil afirmam sofrer bullying ‘algumas vezes ao mês’. Os brasileiros são alvo desse tipo de violência com mais frequência e em mais formas do que a média dos países-membros da OCDE. Do total, 16% relatam ter sido alvo de agressões verbais, 10% dizem ter sido ameaçados, 12% afirmam ter seus pertences roubados ou destruídos e 9% dizem ter sido agredidos fisicamente – na média da organização os percentuais foram 13%, 5,5%, 6% e 7%, respectivamente. “Esse comportamento violento pode ter consequências físicas e emocionais no longo prazo”, diz o relatório, que destaca pesquisas que mostram haver maior abandono escolar entre quem sofre e quem comete bullying. Os meninos tendem a estar mais envolvidos em situações de violência escolar, tanto como vítimas como agressores.

Crime sem perdão

CUT-SP repudia ação da PM em Paraisópolis e denuncia violência contra jovens pobres

A morte de nove jovens na favela de Paraisópolis, na última semana, não decorre de fatalidade, mas da ação de uma política deliberadamente brutal contra a juventude pobre do Brasil. A CUT e seus sindicatos, indignados com esse procedimento e solidários à busca de justiça para essas famílias, emitiu a seguinte nota:

“São sucessivos os casos de violência e mortes contra a juventude negra, pobre e periférica, sempre acompanhados de impunidade e omissão do poder público. A Central Única dos Trabalhadores de São Paulo (CUT-SP) repudia veementemente o massacre de nove jovens na madrugada do último

domingo (1º) na comunidade de Paraisópolis, na zona sul da cidade de São Paulo.

A violenta ação da Polícia Militar (PM), que resultou nessas mortes, reforça os dados sobre o extermínio da juventude negra e periférica, já que a maioria das vítimas era negra. Existe uma nítida perseguição das forças policiais aos bailes funks e seus frequentadores, sobretudo quando essas festas ocorrem nas periferias. O mesmo não se observa, ou não se tem registro, nas festas realizadas em bairros nobres.

São sucessivos os casos de violência e mortes contra a juventude negra, pobre e periférica, sempre acompanhados de impunidade e

omissão do poder público. Lembremos a responsabilidade exercida pelo governo, seja por meio de orientações às instituições ou por meio de pronunciamentos públicos, a exemplo do governador de São Paulo, João Doria (PSDB), que constantemente faz discursos inflamados na área da segurança pública e sobre a atuação da polícia, incitando ações mais duras e violentas.

É urgente discutir uma nova política de segurança pública para o Estado, já que o direito à vida é o bem mais precioso de todo ser humano. É preciso apurar e condenar os responsáveis pelo massacre de todo um conjunto da população.



Elieneide Menta/Fotos Públicas

Por isso, a CUT-SP vem a público manifestar a sua solidariedade aos familiares e amigos dos jovens, e cobrar justiça e respostas sobre o crime em Paraisópolis”.

Direção da CUT São Paulo
São Paulo, 2 de dezembro de 2019